

CAPÍTULO 4

ESTABELECIMENTO, CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO, REQUISITOS PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO POR ENTIDADES EXTRA-MB E REQUISITOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO

0401 - APLICAÇÃO

O presente Capítulo estabelece os procedimentos a serem observados por entidades extra-MB, no encaminhamento de projetos de estabelecimento, cancelamento ou alteração de auxílios à navegação, bem como os requisitos para operação e manutenção de auxílios à navegação por entidades extra-MB e para a elaboração de projetos de auxílios à navegação.

0402 - AUTORIZAÇÃO PARA O ESTABELECIMENTO, CANCELAMENTO OU ALTERAÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO

De acordo com o que dispõe o item 0104 destas Normas, cabe à DHN autorizar o estabelecimento, cancelamento ou alteração permanente de auxílios à navegação nas AJB.

Para efeito de aplicação destas Normas, são consideradas as seguintes definições, já citadas no item 0103:

Estabelecimento – consiste no lançamento ou construção, em caráter permanente ou temporário, de um novo auxílio à navegação.

Alteração – consiste na modificação da posição (reposicionamento) e/ou das características, em caráter permanente ou temporário, ou então na retirada/desmonte, apenas em caráter temporário, de um auxílio à navegação existente.

Cancelamento – consiste na retirada ou desmonte, em caráter permanente, de um auxílio à navegação existente.

0403 - ESTABELECIMENTO, CANCELAMENTO OU ALTERAÇÃO PERMANENTE DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO

O interessado na realização de projeto de estabelecimento, alteração permanente ou cancelamento de auxílios à navegação deverá cumprir o estabelecido nas alíneas a, b, c e d deste item e observar os aspectos técnicos dispostos no Capítulo 3 destas Normas.

No caso de auxílios à navegação afetos a balizamentos de uso restrito, à sinalização de áreas de dragagem/despejo, à demarcação de perímetros de segurança nas proximidades de usinas hidrelétricas e à sinalização de ODAS, devem ser cumpridos os procedimentos específicos descritos nos itens 0407 e 0408.

a) Documentação necessária para projetos de estabelecimento ou alteração permanente de auxílios à navegação

a.1) Requerimento, conforme modelo constante do Anexo “G”, endereçado ao Diretor de Hidrografia e Navegação (DHN), assinado pelo interessado ou por seu representante legal, mediante procuração que lhe será anexada;

a.2) Memorial Descritivo no qual deverá constar, obrigatoriamente:

- 1- a finalidade dos auxílios à navegação a serem estabelecidos ou alterados;
- 2- o tipo e a quantidade de sinais propostos;
- 3- no caso de sinais náuticos fixos luminosos (faróis e faroletes), deverá ser especificada a altura das estruturas dos sinais e a altitude do foco luminoso, ou luz a ser exibida, em relação ao nível médio do mar no local. Nos casos de rios, lagos ou lagoas, o nível médio refere-se à média entre o nível máximo das águas (período de cheia/enchente) e o nível mínimo (período de vazante/seca);
- 4- quando se tratar de sinais náuticos fixos cegos (balizas), deverá ser especificada a altura das estruturas;
- 5- se o projeto se referir a sinais náuticos flutuantes luminosos ou cegos (bóias luminosas, barcas-farol e bóias cegas), o memorial deverá conter a descrição das estruturas (forma e cor), das características das luzes (cor e ritmo), da categoria do sinal (Lateral, Cardinal, Perigo Isolado, Águas Seguras ou Especial), do tipo de bóias e do sistema de fundeio, especificando suas medidas;
- 6- as coordenadas geográficas dos sinais a serem estabelecidos ou alterados, mencionando o *Datum* utilizado;
- 7- no caso de balizamento de canais de acesso e/ou bacias de evolução, os valores máximos de calado, boca e comprimento das embarcações que trafegarão pelos mesmos; e
- 8- no caso de balizamento de pontes, os valores máximos de boca e altura das embarcações que trafegarão sob a mesma.

a.3) Planta de construção dos sinais e de suas estruturas ou folhetos informativos no caso de equipamentos ou materiais produzido em linha de montagem industrial (ex: bóias de polietileno, faróis pré-moldados, etc.), contendo dados relevantes para o detalhamento do projeto;

a.4) Planta(s) de situação ou de localização em escala que permita visualizar o balizamento como um todo e situá-lo, se possível, em relação a uma área mais ampla em seu entorno. Caso exista carta náutica da área em escala adequada a este propósito, a mesma poderá ser utilizada;

a.5) Planta(s) batimétrica(s) que atenda(m) aos seguintes requisitos:

- 1- Estar representada(s) em escala igual ou superior ao dobro da escala da carta náutica de maior escala da área, ou, no caso de áreas não hidrografadas, em escala que permita uma clara visualização da batimetria e da sinalização, conjuntamente;
- 2- Estar baseada(s) em Levantamento Hidrográfico (LH) categoria “A”, conforme estabelecido nas “Instruções para Controle de LH” da Marinha do Brasil;
- 3- Conter a plotagem dos sinais náuticos envolvidos; e
- 4- Conter em seu(s) cabeçalho(s) uma nota informativa na qual conste a identificação da entidade executante do LH e o número da autorização fornecida pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM).

Excepcionalmente, em substituição à planta batimétrica, quando a batimetria representada pela carta náutica indicar não haver risco para a navegação, em face do calado das embarcações que trafegam ou trafegarão pela área de interesse, a própria carta náutica pode ser

utilizada em respaldo à proposta. O CP/Del/Ag deve-se pronunciar formalmente quanto a este aspecto.

Quando se tratar de área não hidrográfada ou área não abrangida por carta náutica, a(s) planta(s) batimétrica(s) pode(m) estar baseada(s) em LH categoria “B”, conforme estabelecido nas “Instruções para Controle de LH” da Marinha do Brasil;

a.6) Apreciação da Associação, Empresa ou Comissão de Praticagem da área, sobre a adequabilidade do projeto proposto, quando os sinais náuticos estiverem localizados em Zonas de Praticagem; e

a.7) Os documentos exigidos nas subalíneas a.2 até a.4 acima deverão ser assinados por Responsável Técnico, conforme especificado no item 0412, constando junto às assinaturas, seu nome completo, categoria profissional e registro no CREA, conforme o caso. O documento exigido na subalínea a.3 não necessitará de assinatura, caso se refira a equipamentos ou materiais produzidos em linha de montagem industrial.

b) Documentação necessária para projetos de cancelamento de auxílios à navegação

O interessado no cancelamento de auxílio à navegação, operado e mantido sob sua responsabilidade, deverá encaminhar requerimento, conforme o modelo do Anexo “G”, assinado pelo próprio ou por seu representante legal, mediante procuração que lhe será anexada.

Ao requerimento deverá ser anexada uma Exposição de Motivos, na qual o interessado apresentará suas justificativas para o cancelamento, podendo, a seu juízo, acrescentar outros documentos que considerar pertinentes ao assunto.

c) Encaminhamento e tramitação do processo

c.1) O interessado encaminhará a documentação exigida nas alíneas a ou b deste item, conforme o caso, ao CP/Del/Ag local;

c.2) A CP/Del/Ag, por sua vez, fará a conferência inicial da documentação exigida e encaminhará, por ofício, a documentação recebida ao SSN da área, para que este emita sua apreciação sobre o projeto;

c.3) O SSN analisará o projeto proposto, verificando se este atende aos requisitos técnicos de Sinalização Náutica/emitindo sua apreciação, a qual, juntamente com toda a documentação do projeto, será remetida ao CP/Del/Ag de origem;

c.4) A CP/Del/Ag, recebida a documentação procedente do SSN, procederá ao seu exame e emitirá sua apreciação sobre o projeto, observando as implicações do projeto quanto à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário. No caso de balizamento de canais de acesso e bacias de evolução, opinar se, tendo em vista o calado das embarcações do tráfego local e as plantas batimétricas apresentadas, há risco para a navegação;

c.5) Na sequência, o CP/Del/Ag fará juntada de todos esses documentos e os remeterá, por despacho, diretamente ao CHM, com cópia sem anexos para os ComDN, para apreciação;

Nas áreas sob jurisdição dos Comandos do 1º, 7º e 8º Distritos Navais, em face de serem áreas de responsabilidade do CAMR, não caberá o cumprimento dos procedimentos c.2 e c.3. Neste caso, a CP/Del/Ag, após recebida a documentação enviada pelo interessado no projeto, cumprirá diretamente os procedimentos c.4 e c.5;

c.6) O CHM apreciará os aspectos hidrográficos, cartográficos e de informações de segurança da navegação do projeto e encaminhará a documentação ao CAMR; e

c.7) O CAMR apreciará os aspectos técnicos de sinalização náutica e encaminhará a documentação ao Conselho Técnico da DHN para emissão de Parecer e decisão da DHN.

0404 - APROVAÇÃO DO PROJETO E SUA EXECUÇÃO

a) O CHM encaminhará à OM de origem, por despacho, com cópia para a DHN, o CAMR e o SSN, uma cópia do parecer do Conselho Técnico da DHN e da decisão da DHN.

b) Recebida a documentação acima, a CP/Del/Ag comunicará formalmente ao interessado a decisão da DHN, encaminhando-lhe cópia da documentação recebida do CHM.

c) No caso de aprovação da proposta de projeto pela DHN, os seguintes aspectos devem ser observados:

1- o projeto somente poderá ter sua execução iniciada após o recebimento, pelo interessado, do expediente de aprovação encaminhado pela CP/Del/Ag;

2 - o interessado deverá cumprir o prazo para a execução do projeto indicado em seu requerimento, sob pena de revogação da autorização concedida;

3 - a data para o início da contagem do prazo para a execução do projeto será a do recebimento pelo interessado do expediente de aprovação mencionado na subalínea 1 acima;

4 - as coordenadas aprovadas pela DHN para os sinais náuticos constituirão as suas “posições de projeto”, devendo-se considerar o seguinte:

– Sinais Náuticos Flutuantes (bóias e barcas-faróis): as “posições de projeto” têm caráter definitivo. Os responsáveis pela execução devem efetuar o lançamento da poita (ver item 0223) dos sinais com uma acurácia de até 10m em torno das “posições de projeto”. Os sinais flutuantes assim estabelecidos serão considerados como estando “em posição” (ver Anexo L); e

– Sinais Náuticos Fixos (Faróis, faroletes e balizas): as “posições de projeto” têm caráter preliminar. Os responsáveis pela execução devem estabelecer os sinais o mais próximo possível das mesmas. Após o estabelecimento, os responsáveis devem determinar as coordenadas definitivas (latitude, longitude, altura e altitude) dos sinais com a utilização de metodologia que garanta acurácia melhor que 2 m.

5 - o interessado deverá comunicar oficialmente o início e o término da execução do projeto à CP/Del/Ag, a qual informará por mensagem o CHM para divulgação em “Avisos-Rádio Náuticos/Avisos aos Navegantes”;

6 - em caso de ocorrência de fatores supervenientes, que impeçam o cumprimento do prazo indicado pelo interessado em seu requerimento, este deverá solicitar, formalmente e com antecedência, à CP/Del/Ag, dilatação do prazo previsto para a execução do projeto;

7 - ao término da execução do projeto, a CP/Del/Ag procederá à inspeção para verificar se sua execução está de acordo com o aprovado pela DHN. Caso afirmativo, a CP/Del/Ag informará por mensagem ao CHM, para controle do cumprimento das deliberações do Conselho Técnico da DHN;

8 - sendo constatado que o projeto não foi adequadamente executado, a CP/Del/Ag informará ao CHM a situação efetiva existente, para fim de controle, e poderá estabelecer um prazo para correção das discrepâncias verificadas e sugerir ao ComDN a adoção de qualquer das seguintes medidas:

I – recomendar cautela para o trânsito pelo canal de navegação, canal de acesso ou bacia de evolução;

II – estabelecer “restrição operacional” para o trânsito pelo canal de navegação, canal de acesso ou bacia de evolução; e

III – determinar a interdição do canal de navegação, canal de acesso ou bacia de evolução.

9 - Caso o ComDN adote alguma das medidas mencionadas nos incisos I, II ou III acima, deverá solicitar ao CHM a divulgação em “Avisos-Rádio Náuticos”, mantendo o ComOpNav/DGN informado.

0405 - ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA EM AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO

Os responsáveis pela operação e manutenção de auxílios à navegação poderão requerer autorização para alteração temporária dos mesmos, nas seguintes circunstâncias:

- Realização de dragagens de manutenção no(s) canal(ais) de acesso e bacia de evolução dos portos; ou
- Realização de obras sob ou sobre as águas nas instalações portuárias sob sua responsabilidade; ou
- Ocorrência de situações especiais que impliquem na necessidade de alteração temporária de sinais existentes.

No período de vigência da alteração temporária, será interrompida a medição do “Índice de Eficácia” do(s) sinal(ais) Náutico(s) alterado(s), sendo reiniciada tão logo expire o prazo informado pelo interessado em seu requerimento.

Ressalta-se que a retirada ou desmonte temporários de auxílios à navegação em virtude de manutenção periódica não se enquadram nesta situação, não havendo interrupção da medição do “Índice de Eficácia”.

Os procedimentos aqui estabelecidos deverão ser cumpridos sem prejuízos daqueles estabelecidos na NORMAM-11.

Para realização de alteração temporária em auxílios à navegação, devem-se observar os procedimentos estabelecidos nas alíneas a seguir:

a) Encaminhamento e tramitação do processo

Para obtenção da autorização para execução de alterações temporárias, será observada a seguinte tramitação:

a.1) O interessado deverá apresentar à CP/Del/Ag um requerimento, conforme modelo constante do Anexo “G”, endereçado ao Diretor de Hidrografia e Navegação (DHN), assinado pelo interessado ou por seu representante legal, mediante procuração que lhe será anexada;

a.2) O CP/Del/Ag deverá exarar seu despacho no corpo do próprio requerimento do interessado, encaminhando o processo ao CHM;

a.3) O CHM avaliará os aspectos hidrográficos, cartográficos e de informação de segurança da navegação do projeto e encaminhará a documentação ao CAMR; e

a.4) O CAMR avaliará os aspectos técnicos de sinalização náutica e encaminhará a documentação ao Conselho Técnico da DHN para emissão de parecer e decisão da DHN.

b) Aprovação da(s) alteração(ões) temporária(s) e sua execução

Deverá ser observado o contido no item 0404.

Observação: quando a solicitação de alteração temporária decorrer de situação que, em prol da segurança da navegação, indique haver urgência em sua execução, deve ser observado o estabelecido no item 0406 visando à obtenção de autorização provisória, a fim de agilizar o processo.

0406 - AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA PARA ESTABELECIMENTO OU ALTERAÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO

a) Quando uma determinada situação indicar que, em prol da segurança da navegação, haja urgência no estabelecimento ou alteração de algum auxílio à navegação, a CP, em decorrência de solicitação recebida das Del/Ag subordinadas ou de entidades extra-MB, poderá emitir, em caráter excepcional, autorização provisória para a execução destas medidas. A autorização será comunicada por mensagem preferencial ao CHM, com informação ao ComDN, CAMR, SSN da área e Del/Ag de origem do pedido, nos seguintes moldes:

DE: CP

PARA: CENHID

INFO: ComDN, CAMR, SSN, Del/Ag

De acordo com o previsto no item 0406 da NORMAM-17/DHN, PTC que:

Alfa - em face de (justificativa), autorizei em caráter provisório as seguintes medidas:

Uno - o estabelecimento de (descrição do novo auxílio à navegação, suas coordenadas com respectivo *datum* de referência ou carta náutica); ou

Dois - alteração de (descrição da alteração do auxílio à navegação, seu NRORD, nome e coordenadas com respectivo *datum* de referência e a carta náutica, se houver).

Bravo - as medidas acima têm previsão de duração de ____ dias. BT

Após a execução das ações autorizadas, a CP comunicará tal fato por mensagem preferencial ao CHM, com informação ao ComDN, CAMR, SSN da área e Del/Ag, contendo as informações necessárias para a perfeita divulgação do fato por meio de “Avisos-Rádio Náuticos/Avisos aos Navegantes”, nos moldes abaixo. Em alguns casos, em face da urgência da situação, a informação da execução do estabelecimento ou alteração poderá estar contida na própria mensagem que participou a autorização provisória.

DE: CP

PARA: CENHID

INFO: ComDN, CAMR, SSN, Del/Ag

Minha (data-hora da mensagem anterior), PTC a execução das seguintes medidas:

Uno - o estabelecimento de (descrição do novo auxílio à navegação, suas coordenadas com respectivo *datum* de referência ou carta náutica); ou

Dois - alteração de (descrição da alteração do auxílio à navegação, seu NRORD, nome e coordenadas com respectivo *datum* de referência e a carta náutica, se houver).

SOL divulgar aos navegantes BT

b) As CP poderão tomar a iniciativa de, provisoriamente, estabelecer ou alterar os auxílios à navegação sob sua responsabilidade direta. Tais ações devem ser comunicadas por mensagem preferencial ao CHM, com informação ao ComDN, SSN da área e ao CAMR, contendo as informações necessárias para a perfeita divulgação do fato por meio de “Avisos-Rádio Náuticos/Avisos aos Navegantes”, nos moldes descritos na alínea a acima;

c) Da mesma forma, o CAMR e os SSN poderão tomar a iniciativa de, provisoriamente, estabelecer ou alterar os auxílios à navegação sob sua responsabilidade direta. Tais ações devem ser comunicadas por mensagem preferencial ao CHM, com informação ao ComDN, à CP/Del/Ag da área e ao CAMR (no caso da origem da mensagem ser um SSN), contendo as informações necessárias para a perfeita divulgação do fato por meio de “Avisos-Rádio Náuticos/Avisos aos Navegantes”, nos moldes descritos na alínea a acima; e

d) As autorizações provisórias terão validade de até 180 dias, a contar da data de sua efetiva implementação. Caso haja necessidade de estenderem-se as medidas executadas além deste prazo, ou intenção de torná-las permanentes, devem ser adotados, paralelamente, os procedimentos estabelecidos nos itens 0403 ou 0405 (alínea a), conforme o caso.

0407 - ESTABELECIMENTO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE SINAIS ESPECIAIS PARA SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DE DADOS OCEÂNICOS (ODAS) E SINALIZAÇÃO DE ÁREAS DE DRAGAGEM/DESPEJO

O interessado no estabelecimento, alteração ou cancelamento de sinais especiais (ver item 0313) afetos a Sistemas de Aquisição de Dados Oceânicos (ODAS) ou áreas de dragagem/despejo deverá requerer seu pleito à CP/Del/Ag com jurisdição sobre o local.

a) Documentação necessária

a.1) Requerimento em duas vias, conforme modelo constante do Anexo “I”, endereçado ao Capitão dos Portos, assinado pelo interessado ou por seu representante legal, mediante procuração que lhe será anexada;

a.2) Memorial descritivo, no qual deverá constar obrigatoriamente:

- finalidade do(s) sinal(ais) especial(ais);
- datas previstas para estabelecimento e retirada do(s) sinal(ais);
- quantidade dos sinais propostos e sua descrição (fixo/flutuante, cego/luminoso e as características das luzes - no caso de sinal luminoso);
- coordenadas geográficas das posições de estabelecimento, mencionando o *datum* de referência; e
- sistema de fundeio (descrição e especificação de todo o material).

a.3) Carta náutica de maior escala da área, confeccionada pela DHN, contendo a plotagem do local de estabelecimento do(s) sinal(ais). Quando se tratar de área não abrangida por carta náutica, deverá ser apresentada planta(s) de situação ou de localização em escala que permita visualizar os sinais como um todo e situá-los, se possível, em relação a uma área mais ampla em seu entorno; e

a.4) No caso da sinalização de ODAS, deverá ser acrescido ao memorial descritivo o número da autorização fornecida pelo CHM para a realização da coleta de dados, conforme as “Instruções para Controle de LH” da Marinha do Brasil.

b) Encaminhamento, tramitação e aprovação

b.1) O interessado deverá encaminhar a documentação exigida na alínea a deste item à CP/Del/Ag com jurisdição sobre o local de estabelecimento do sinal especial;

b.2) Caso o requerimento seja encaminhado a uma Del/Ag, estes Agentes analisarão a documentação e emitirão apreciação sobre as possíveis implicações quanto à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, a qual, juntamente com toda a documentação, será remetida à CP;

b.3) O Capitão dos Portos apreciará a documentação e, se não houver comprometimento do ordenamento do espaço aquaviário e a segurança da navegação, despachará o requerimento sumariamente, a seu critério. Contudo, caso julgue necessária a análise dos aspectos técnicos de sinalização náutica, a CP poderá solicitar uma apreciação do SSN da área ou do CAMR (áreas sob jurisdição dos Comandos do 1º, 7º e 8º Distritos Navais);

b.4) Após despachado, o requerimento será devolvido ao interessado, pela CP/Del/Ag de origem, onde deverá ser arquivada o restante da documentação e a segunda via do requerimento; e

b.5) O estabelecimento e, posteriormente, a retirada do sinal náutico, deverão ser oficialmente comunicados pelo interessado à CP/Del/Ag de origem, a qual informará por mensagem o CHM para divulgação em “Avisos-Rádio Náuticos/Avisos aos Navegantes”.

As CP/Del/Ag deverão exercer a fiscalização para evitar o estabelecimento irregular desses sinais, mudança não autorizada de suas posições, alteração de características, abandono, ou quaisquer outras irregularidades que, observadas e não sanadas, poderão implicar na determinação para sua retirada.

c) Cancelamento

O interessado no cancelamento deste balizamento, operado e mantido sob sua responsabilidade, deverá encaminhar requerimento em duas vias, conforme modelo constante do Anexo “I”, endereçado ao Capitão dos Portos, assinado pelo interessado ou por seu representante legal, mediante procuração que lhe será anexada.

Ao requerimento deverá ser anexada uma Exposição de Motivos, na qual o interessado apresentará suas justificativas para o cancelamento, podendo, a seu juízo, acrescentar outros documentos que considerar pertinentes ao assunto.

0408 - ESTABELECIMENTO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE BALIZAMENTOS DE USO RESTRITO OU DESTINADOS À DEMARCAÇÃO DE PERÍMETRO DE SEGURANÇA NAS PROXIMIDADES DE USINAS HIDRELÉTRICAS

O interessado no estabelecimento, alteração ou cancelamento de sinais afetos a estes balizamentos (ver Seções III e IV do Capítulo 3 destas Normas) deverá requerer seu pleito à CP/Del/Ag com jurisdição sobre o local.

a) Documentação necessária

a.1) Requerimento em duas vias, conforme modelo constante do Anexo “I”, endereçado ao Capitão dos Portos, assinado pelo interessado ou por seu representante legal, mediante procuração que lhe será anexada;

a.2) Memorial descritivo, no qual deverá constar obrigatoriamente:

- 1 - finalidade do balizamento;
- 2 - data prevista para estabelecimento do balizamento;
- 3 - quantidade dos sinais propostos e sua descrição (fixo/flutuante, cego/luminoso e as características das luzes - no caso de sinal luminoso);
- 4 - coordenadas geográficas das posições de estabelecimento, mencionando *datum* de referência; e
- 5 - sistema de fundeio ou de demarcação (descrição e especificação de todo o material).

a.3) Planta(s) de situação ou de localização em escala que permita visualizar o balizamento como um todo e situá-lo, se possível, em relação a uma área mais ampla em seu entorno;

a.4) Planta(s) batimétrica(s) baseada em LH categoria “B”, conforme estabelecido nas “Instruções para Controle de LH” da Marinha do Brasil; e

a.5) Caso exista carta náutica da área em escala adequada à visualização do balizamento como um todo, a mesma poderá ser utilizada em substituição aos documentos descritos nas alíneas a.3 e a.4.

Os documentos exigidos nas subalíneas a.2 e a.3 acima deverão ser assinados por Responsável Técnico, conforme especificado no item 0412, constando junto às assinaturas, seu nome completo, categoria profissional e registro no CREA, conforme o caso.

b) Encaminhamento, tramitação e aprovação

b.1) O interessado deverá encaminhar a documentação exigida na alínea a deste item à CP/Del/Ag com jurisdição sobre o local o estabelecimento do balizamento;

b.2) Caso o requerimento seja encaminhado a uma Del/Ag, estes Agentes analisarão a documentação e emitirão apreciação sobre as possíveis implicações quanto à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, a qual, juntamente com toda a documentação, será remetida à CP;

b.3) O Capitão dos Portos apreciará a documentação e, se não houver comprometimento do ordenamento do espaço aquaviário e da segurança da navegação, despachará o requerimento sumariamente, a seu critério. Contudo, caso julgue necessária a análise dos aspectos técnicos de sinalização náutica, a CP poderá solicitar uma apreciação do SSN da área ou do CAMR (áreas sob jurisdição dos Comandos do 1º, 7º e 8º Distritos Navais);

b.4) Após despachado, o requerimento será devolvido ao interessado, pela CP/Del/Ag de origem, onde deverá ser arquivada o restante da documentação e a segunda via do requerimento; e

b.5) O estabelecimento do balizamento deverá ser oficialmente comunicado pelo interessado à CP/Del/Ag de origem. Caso o balizamento esteja localizado em área abrangida por Carta Náutica, Atlas ou Croquis de Navegação, a CP/Del/Ag de origem informará por mensagem o CHM para divulgação em “Avisos-Rádio Náuticos/Avisos aos Navegantes” e atualização dos documentos náuticos. A mensagem deverá informar a posição do balizamento e o número da Carta Náutica afetada, para possibilitar o lançamento de “Nota de Precaução”, conforme previsto nos itens 0330 e 0337 destas Normas.

As CP/Del/Ag deverão exercer a fiscalização para evitar o estabelecimento irregular desses sinais, mudança não autorizada de suas posições, alteração de características, abandono, ou quaisquer outras irregularidades que, observadas e não sanadas, poderão implicar na determinação para sua retirada.

c) Cancelamento

O interessado no cancelamento deste balizamento, operado e mantido sob sua responsabilidade, deverá encaminhar requerimento em duas vias, conforme modelo constante do Anexo “I”, endereçado ao Capitão dos Portos, assinado pelo interessado ou por seu representante legal, mediante procuração que lhe será anexada.

Ao requerimento deverá ser anexada uma Exposição de Motivos, na qual o interessado apresentará suas justificativas para o cancelamento, podendo, a seu juízo, acrescentar outros documentos que considerar pertinentes ao assunto.

0409 - BÓIAS DE AMARRAÇÃO E MONOBÓIAS

O interessado no estabelecimento, alteração ou cancelamento destas bóias deverá cumprir o preconizado no Capítulo 1 da NORMAM-11/DPC (Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa, e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras).

0410 - REQUISITOS PARA A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DE ENTIDADES EXTRA-MB

As entidades extra-MB ou empresas prestadoras de serviço que operem e mantenham e operem sinais náuticos deverão atender os seguintes requisitos:

a) dispor de um Responsável para os referidos serviços, integrante do quadro permanente da entidade ou prestadora de serviços”;

1 - O Responsável que trata a presente alínea deverá ser profissional de nível superior da categoria de engenharia, de qualquer das modalidades regulamentadas pela Resolução nº 1010 do CONFEA, de 22/08/2005, desde que, na Sistematização dos Campos de Atuação da referida modalidade, conste atividade ou competência compatível com a função exercida.

Os profissionais de nível superior registrados no sistema CONFEA/CREA comprovarão sua experiência por intermédio de Certidões de Acervo Técnico (CAT) referentes a projetos de sinalização náutica e/ou auxílios à navegação. As CAT deverão apresentar claramente a denominação PROJETO DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA ou PROJETO DE AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO em seus campos de preenchimento; e

2 - Poderão ser aceitos também, como Responsáveis:

2.a) Hidrógrafos, formados no Curso de Hidrografia para Oficiais da Marinha do Brasil, desde que comprovem experiência em sinalização náutica e/ou auxílios à navegação por meio de cópias de seus assentamentos profissionais; e

2.b) Oficiais da Marinha do Brasil que tenham desempenhado, comprovadamente, como Oficiais, por mais de 5 anos, funções diretamente ligadas às atividades de sinalização náutica ou balizamento portuário.

b) A empresa deverá ter à sua disposição uma embarcação devidamente regularizada pelo representante local da Autoridade Marítima, com capacidade para executar o lançamento, operação e manutenção do balizamento flutuante, de forma a estar qualificada para o cadastro, de acordo com o

que preconiza o item 0411 desta Norma. Caso a embarcação não seja de sua propriedade, apresentar um contrato que estabeleça um vínculo formal com a empresa e cujo propósito seja serviço de sinalização náutica. Caso haja alterações em tal contrato, o cadastro será revisto. Uma empresa poderá ter mais de uma embarcação por cadastro;

c) manter os sinais náuticos operando de modo a alcançar o “Índice de Eficácia” mínimo de 95%;

d) restabelecer as condições de operação dos sinais que apresentem alterações operacionais em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas; e

e) manter registro histórico de cada sinal náutico, conforme o modelo do Anexo “L”.

0411 - CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇO E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

a) As empresas prestadoras de serviços de operação e manutenção de sinalização náutica, de que trata o item 0410, bem como seus responsáveis técnicos serão, obrigatoriamente, cadastrados no CAMR. Este cadastro encontra-se disponível para consulta dos interessados, no sítio do CAMR na Internet: www.camr.mar.mil.br;

b) Os seguintes documentos deverão ser encaminhados por ofício ou carta ao CAMR, para o cadastramento inicial:

1 - cópia autenticada de todas as páginas do contrato social da empresa, com a finalidade de comprovação do ramo de atividade e identificação dos responsáveis;

2 - prova de títulos, atestado de experiência profissional e prova de vínculo com a empresa do(s) responsável (is) técnico(s), que deve(m) ser brasileiro(s) e possuir experiência comprovada em Sinalização Náutica;

3 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4 - Certidões de quitação com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal; e

5 - Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

c) Qualquer alteração observada no período inferior a 2 (dois) anos, nos dados referentes as subalíneas de 1 a 5 da alínea b, deverá ser encaminhada por ofício ou carta ao CAMR para atualização dos dados cadastrais da empresa; e

d) A renovação do cadastro deverá ser efetuada a cada 2 (dois) anos, com a atualização dos dados cadastrais e do acervo de serviços técnicos prestados, juntando o interessado quaisquer outros documentos que julgar necessário.

0412 - REQUISITOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO POR ENTIDADES EXTRA-MB

A elaboração de projetos de estabelecimento, cancelamento ou alteração permanente de auxílios à navegação deverá estar a cargo de um Responsável Técnico, integrante do quadro permanente da empresa proponente do projeto, ou autônomo por ela contratado desde que atendido o estabelecido na alínea a) do Item 0410.